

Estudo Técnico Preliminar 7/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.00454320231

2. Descrição da necessidade

O serviço a ser contratado DE VEDAÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DA ESCOLA POLITÉCNICA se faz necessário para garantir a estanqueidade da obra propriamente dita e tem por finalidade a preservação do bem público, evitar a presença de pessoas invasoras, animais roedores, aves e morcegos bem como o acúmulo de águas de chuva, condições que potencializam e/o promovem a multiplicação de vetores e o risco de dengue, chikungunya e zika.

O fechamento dos vãos irá proteger também as ferragens expostas das estruturas e sanar os problemas de infiltração já identificados.

As especificações técnicas, bem como os quantitativos do objeto encontram-se em documento específicos

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI	SUPERINTENDENTE FABIO VELAME

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A prestadora dos serviços deverá ter conhecimento e capacitação técnica para prestar os serviços de Vedação com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos na Planilha Orçamentária.

O serviço a ser contratado é de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Na execução dos serviços deverá ser considerado os seguintes critérios:

Apresentação de projeto para implantação de canteiro de obras organizado, com critérios mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, no qual conste, por exemplo, o reuso de água, o reaproveitamento da água de chuvas e dos resíduos sólidos produzidos e a separação dos não reutilizáveis para descarte, sempre que possível.

Apresentar, junto com a planta do canteiro de obras o PGRCC, conforme modelo fornecido.

Obedecer aos critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com o Decreto nº 7.746/2010, em especial:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº. 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, para tanto obriga-se, sob pena de multa previstas neste termo/Termo de Referência, a apresentar o seu plano de gerenciamento de resíduos da construção civil assinado pelo responsável técnico, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, sob pena de multa, poderá dispor os resíduos originários da contratação nas áreas da UFBA, em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de Fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada apresentará o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Anexo 02) comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

5. Levantamento de Mercado

A contratação dos serviços se baseia em contratações anteriores, no órgão, com objetos semelhantes por se tratar de serviço comum de engenharia.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação dos serviços se baseia em contratações anteriores, no órgão, com objetos semelhantes por se tratar de serviço comum de engenharia.

Os serviços estão detalhas na Planilha Orçamentária

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades apresentadas foram calculadas a partir do projeto executivo para a **AREA TOTAL DE 6.781,22 m²**

8. Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de preço foi feita seguindo as orientações as “orientações para elaboração de planilha orçamentária para obras públicas, do Tribunal de Contas da União, a partir da legislação vigente, sendo utilizada os preços da base de dados SINAPI/ORSE para obras de engenharia.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação dos serviços similar a anteriores feitas pelo órgão, com objetos semelhantes e por se tratar de serviço comum de engenharia não há necessidade de parcelamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes a serem feitas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação consta no Plano Anual de Contratações da entidade, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento da Universidade no sentido de criar as condições fundamentais para o bom funcionamento da Universidade.

AÇÃO: Adequação dos edifícios a acessibilidade.

FONTE: Tesouro Nacional / Recursos próprios

SETOR: Superintendência de Meio Ambiente e Infra Estrutura

12. Resultados Pretendidos

Com o serviço de VEDAÇÃO DO PRÉDIO ANEXO DA ESCOLA POLITÉCNICA pretende-se:

- garantir a estanqueidade da obra propriamente dita
- preservar do bem público
- evitar a presença de pessoas invasoras, animais roedores, aves e morcegos
- evitar o acúmulo de águas de chuva, condições que potencializam e/o promovem a multiplicação de vetores e o risco de dengue, chikungunya e zika.
- proteger as ferragens expostas das estruturas
- sanar os problemas de infiltração já identificados

13. Providências a serem Adotadas

A Unidade deverá disponibilizar o espaço de intervenção de forma que a empresa contratada possa isola-lo para a execução dos serviços.

Quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização o órgão já dispõe, em seu quadro, servidores experientes para a fiscalização técnica e contratual/financeira do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Por se tratar de obra simples de engenharia os impactos ambientais são quase inexistentes, no entanto regras de uso de materiais renováveis e critérios de descartes dos entulhos são sempre exigidos como requisito de contratação já citado no item 4 acima

Obedecer aos critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com o Decreto nº 7.746/2010, em especial:

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

DECLARO VIAVEL ESSE PROCESSO NOS TERMOS DESSE ETP

16. Responsáveis

DECLARO VIAVEL ESSE PROCESSO

JOSE EDUARDO PUGLIESE DE MENDONCA
ARQUITETO

DECLARO VIAVEL ESSE PROCESSO

MARCIA ELIZABETH PINHEIRO
COORDENADORA DE PROJETOS



Emitido em 24/02/2023

ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017) Nº 10/2023 - SUMAI/UFBA (12.01.08)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 27/02/2023 16:32)

JOSE EDUARDO PUGLIESE DE MENDONCA

ARQUITETO E URBANISTA

NUPRO/CPR (12.01.08.30.01)

Matrícula: 1659523

(Assinado eletronicamente em 27/02/2023 09:34)

MARCIA ELIZABETH PINHEIRO

COORDENADOR - TITULAR

CPR/SUMAI (12.01.08.30)

Matrícula: 282394

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2023**, tipo: **ESTUDOS PRELIMINARES (ANEXO III IN 05/2017)**, data de emissão: **24/02/2023** e o código de verificação: **cc2fe22db5**